

## **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS**

Ação Civil Pública nº 5030056-96.2021.8.24.0018

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **ANDRÉ LUIZ RICKWARDT**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6.825.381, inscrito no CPF nº 062.251.319-22, residente e domiciliado à Rua Olivo Lago, nº 514, Bairro Quedas do Palmital, Chapecó, CEP: 89815200, telefone (49) 99176-6646; e **HARRY DIETER RICKWARDT**, brasileiro, portador do RG nº 1.870.055, inscrito no CPF nº 551.582.509-87, com residência à Rua Olivo Lago, nº 514, Bairro Quedas do Palmital, em Chapecó, CEP: 89815200, telefone (49) 98880-0504; doravante denominados *compromissário s*;

**CONSIDERANDO** que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que o princípio reitor do direito ambiental é o da preservação, como se lê do art. 225 da Constituição da República, que impõe ao Poder Público a obrigação de "preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas" e "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies";

**CONSIDERANDO** que a responsabilidade civil, no âmbito ambiental, por danos causados ao mencionado bem difuso é objetiva, consoante as disposições do artigo 225, § 3º, da Constituição Pátria, e artigo 14, §1º, da Lei n. 6.938/1981: "independentemente da existência de culpa, o poluidor, ainda que indireto (art. 3º da Lei n. 6.938/1981), é obrigado a indenizar e reparar o dano causado ao meio ambiente;

**CONSIDERANDO** que a respeito do nexa causal no dano ambiental, o Superior Tribunal de Justiça já enfrentou a matéria e decidiu que "Para o fim de apuração do nexa de causalidade no dano ambiental, equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem deixa fazer, quem não se importa que façam, quem financia para que façam, e quem se beneficia quando outros fazem [...] (REsp 650.728/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2007, DJe 02/12/2009);

**CONSIDERANDO** que identificou-se que André e Harry suprimiram, sem autorização do órgão competente, vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica em uma área de aproximadamente 1.600 m<sup>2</sup>, sendo que destes, 1.268 m<sup>2</sup> fazem parte da área de preservação permanente do curso d'água denominado que divide seu imóvel do imóvel vizinho;

**CONSIDERANDO** que as condutas deletérias ocorreram no imóvel sob a Matrícula nº 133.970, de propriedade dos requeridos;

**CONSIDERANDO** que a Ação Civil Pública nº 5030056-96.2021.8.24.0018, em tramitação na 1ª Vara da Fazenda Pública de Chapecó, tem os compromissários como réus pela supressão de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica sem autorização do órgão competente;

**CONSIDERANDO** que o objetivo da ACP é obter provimento jurisdicional que determine aos demandados a reparação dos danos

ambientais causados pela supressão de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica em área de preservação permanente;

**CONSIDERANDO** que após reunião presencial extrajudicial realizada em 23/3/21 por esta Promotoria de Justiça com os demandados e seu advogado, verificou-se a possibilidade de formalização de acordo extrajudicial para encerrar a ação judicial em andamento;

**RESOLVEM** celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, mediante os seguintes termos:

#### **DO OBJETO**

**Cláusula 1ª** - O presente compromisso de ajustamento de condutas tem como objeto a supressão de 1.600 m<sup>2</sup> de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, ocorrido na propriedade rural localizada no acesso Florenal Ribeiro, interior de Chapecó (matrícula nº 133.970 do Ofício de Registro de Imóveis), sem autorização do órgão ambiental competente, sendo que, deste montante, 1.268m<sup>2</sup> pertencem a área de preservação permanente;

**Parágrafo único** - O objetivo deste documento é a recuperação da área degradada mediante a execução de projeto de recuperação da área degradada contemplando a área total danificada, ou seja, 1.600 m<sup>2</sup>;

#### **DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS**

**Cláusula 2ª** - Os compromissários comprovarão ao Ministério Público a recuperação da área degradada, *in loco*, mediante a execução de projeto de recuperação da área degradada aprovado pela Polícia Militar Ambiental, em 6 meses; o projeto deve contemplar a área total danificada (1.600 m<sup>2</sup>);

**Cláusula 3ª** - Os compromissários comprovarão ao Ministério Público a averbação deste acordo na matrícula do imóvel nº 133.970, no prazo de 60 dias;

**Cláusula 4ª** - Os compromissários assumem a obrigação de não realizar novas intervenções na área em questão sem a devida autorização dos órgãos ambientais competentes;

### **DO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 5ª** - Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente termo, os compromissários ficarão sujeitos a multa diária de R\$ 200,00, ou multa de R\$ 10.000,00 por ocorrência, a critério do Ministério Público;

**Parágrafo primeiro** - As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados;

**Parágrafo segundo** - O pagamento de eventual multa não exime os compromissários do cumprimento das obrigações contraídas;

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 6ª** - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra os compromissários, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido;

**Cláusula 7ª** - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura;

**Cláusula 8ª** - O Ministério Público apresentará este TAC em juízo (5030056-96.2021.8.24.0018), requerendo a homologação e a extinção da ação.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o compromisso de ajustamento de condutas em duas vias, com igual eficácia de título executivo extrajudicial.

Chapecó, 23 de março de 2022.

Eduardo Sens dos Santos  
**Promotor de Justiça**

André Luiz Rickwardt  
**Compromissário**

Harry Dieter Rickwardt  
**Compromissário**

Dario Bueno  
**OAB/SC 15.963**